



ARTIGO  
ARTICLE

## “Futuros operários do progresso”: Infância Desvalida e Educação no limiar da escravidão (Grão-Pará, 1870-1890)<sup>1</sup>

“Future workers in progress”: Underprivileged Childhood and Education on the brink of slavery (Grão-Pará, 1870-1890)

Marcelo Ferreira Lobo 

Doutor em História, Universidade Federal do Pará  
m.lobo2013@outlook.com

LOBO, Marcelo Ferreira. “Futuros operários do progresso”: Infância Desvalida e Educação no limiar da escravidão (Grão-Pará, 1870-1890). *História, histórias*, vol. 8, nº 16, jul./dez. 2020. <http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v8i16.32753>

**Resumo:** O presente artigo discute os projetos de educação que foram tecidos ao longo do século XIX no Brasil Imperial, particularmente após a promulgação da Lei do Ventre Livre. Os debates sobre a formação de mão de obra sob a perspectiva do fim gradual da escravidão colocaram em destaque a figura do ingênuo, e a necessidade de criação de institutos de educação afim de promover a educação oficiosa destes menores. Por meio de notícias publicadas nos periódicos de Belém foi possível compreender os discursos sobre a noção de educação e trabalho. Após abolição foi fundado o Club 13 de maio e da escola 13 de maio, que funcionou em Belém nos meses subsequentes a abolição da escravidão.

**Palavras-chave:** Educação; abolição; Grão-Pará.

**Abstract:** This article discusses the educational projects that were woven throughout the 19th century in Imperial Brazil, particularly after the enactment of the Free Womb Law. The debates on the training of labor from the perspective of the gradual end of slavery highlighted the figure of the naive, and the need to create educational institutes in order to promote the unofficial education of these minors. Through news published in the Belém periodicals it was possible to understand the speeches about the notion of education and work. After abolition, Club 13 de Maio and Escola 13 de Maio were founded, which operated in Belém in the months following the abolition of slavery.

**Keywords:** Education; abolition; Grão-Pará.

<sup>1</sup> Este trabalho constitui parte da pesquisa de Mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, com financiamento por meio da Bolsa CAPES.

(...). E depois, qual a educação que poderão dar quem não tem? Apanhar Açaí? Cortar cana? Lancear Camarões? Remar canoas e ascender cachimbos de légua e meia? A maior parte não manda educar seus filhos que são criados ao rigor dos tempos, *quanto mais os pobres pretinhos* (grifos meus).<sup>2</sup>

Pensar nas relações e questões nas quais estiveram inseridos os libertos ao longo das décadas precedentes a abolição é também pensar na parcela livre e pobre da população da província do Pará, e dentre esta parcela da população destaco os então “menores desvalidos”.<sup>3</sup> Considerados órfãos ante os olhos do Estado e objeto das discussões e medidas políticas para tratar da dita “infância desvalida”, o que apresento adiante esteve vinculado ao processo emancipacionista e a necessidade de novas formas de arregimentação de mão de obra entre as classes populares e controle social.

O leitor pode se perguntar qual a relação da infância com a liberdade no Brasil oitocentista? Diante das novas configurações sociais que se desenrolaram ao longo da segunda metade do século XIX, se processaram discussões sobre a formação de uma massa de trabalhadores livres, discussão que se voltou para a atração do imigrante europeu e a necessidade de se ordenar a sociedade pautada em concepções modernizantes, sendo a educação uma dimensão importante no ideal de modernidade. A educação durante o segundo reinado (1840-1889) como indica Karla Barros é tomada enquanto instrumento para incutir valores e “condutas de civilidade”<sup>4</sup> nas camadas populares, e manter a ordem e o lugar social de acordo com as hierarquias já estabelecidas.

Ao pensarmos sobre a educação durante o século XIX, deve-se pensar nas diversas formas de educação, como indica Marcus Vinicius Fonseca, “ao fazer referência à educação dos escravos, devemos ter em mente as práticas educacionais que eram anteriores ao modelo escolar e que não possuíam qualquer semelhança com as práticas generalizadas a partir do processo de escolarização”.<sup>5</sup> Para ele a “pedagogia senhorial” não deve ser vista como mero adiestramento, e sim como um processo de aprendizagem a qual a criança escrava esteve sujeita. Isso pode ser pensado para além do mundo da escravidão, as classes

---

<sup>2</sup> *O Liberal do Pará*, 06/06/1888, p. 1. Biblioteca Pública do Estado do Pará (BPEP), Setor de Microfilmagem.

<sup>3</sup> O termo “menor desvalido” passa a ganhar maior ênfase a partir da década de 1870 e sob essa categoria incluíam-se os filhos das classes populares, indígenas, mulatos, pardos, tapuios.

<sup>4</sup> TERTULIANO DE BARROS, K. A. C. Educação e “ingênuos” em Goiás 1871-1888. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2013. p. 32.

<sup>5</sup> FONSECA, Marcus Vinicius. Educação e Escravidão. Um desafio para a análise historiográfica. *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 4. Jul/dez, 2002, p. 127.

populares reproduziram formas “tradicionais de educação” baseadas na aprendizagem cotidiana, nas relações sociais vivenciadas no espaço privado e público.

A epígrafe que inicia este capítulo data de 1888, e fala da condição dos libertos após a abolição. Ao mencionar certos aprendizados tradicionais como apanhar açaí, lancear camarões e remar canoas, o articulista criticou a forma de vida da população paraense e a maneira como estes tratavam seus filhos. A educação que o articulista evoca como ideal é uma educação escolar e oficiosa de caráter “moderno”, isto remete a práticas educativas diferenciadas, vinculadas a contextos específicos e marcadores sociais variados quanto a gênero, classe, cor e condição jurídica. A educação tradicional passa a conflitar com os novos modelos educativos em processo de consolidação do ideal de modernidade no Brasil durante o século XIX.

É sob o contexto das transformações da década de 1870 que a educação escolar tomou maior espaço nas discussões dos grupos dirigentes. Ao estudar a educação da população negra no Brasil durante o período das reformas abolicionistas iniciadas com a Lei do Ventre Livre, Marcus Vinicius Fonseca indica a educação como uma “dimensão complementar a abolição do trabalho escravo”, assim podemos pensar que as reformas educacionais da década de 1870 estavam associadas à Lei do Ventre Livre, como indica Fonseca:

Portanto, em meio às discussões que começavam a difundir a ideia e a necessidade de estabelecer a libertação das crianças nascidas de escravas, educação e emancipação eram vinculadas como parte do processo geral de preparação dessas crianças para o exercício da liberdade.<sup>6</sup>

Para o mesmo autor, o texto final da Lei de 1871 fizera uma sutil distinção entre “criar” e “educar”, enquanto a Lei determinava que os senhores deveriam cuidar e criar dos filhos de suas escravas, o Governo deveria criá-las e educá-las quando os senhores optassem por entregá-las ao Estado, desta maneira os senhores ficariam isentos de propiciar uma educação escolar aos mesmos, facilitando a preservação das hierarquias

---

<sup>6</sup> FONSECA, Marcus Vinicius. As primeiras práticas educacionais com características modernas em relação aos negros no Brasil. In: *Negro e Educação: Presença do Negro no Sistema educacional Brasileiro*, Marcus Vinicius da Fonseca, Patrícia Maria de Sousa Santana, Cristiana Vianna Veras, Elianne Botelho Junqueira, Julio Costa da Silva, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Regina Pahim Pinto (organizadores). São Paulo, 2001, p. 13.

sociais vigentes.<sup>7</sup> A expectativa que um grande número de ingênuos fossem entregues ao Estado no ano de 1879 propiciou uma intensa discussão sobre a construção de uma estrutura apta a recebê-los.

O período posterior ao ano de 1879 é apontado por Marcus Fonseca como um momento de “refluxo da questão da educação dos ingênuos”,<sup>8</sup> quando os senhores de escravos optaram em sua maioria por permanecerem com os ingênuos, a criação de tais institutos de educação que tanto foram discutidas na década de 1870 passaram a encontrar respaldo para a sua manutenção enfocando a educação da infância desvalida; “Após 1879, a tendência era a de igualar o problema dos ingênuos e da infância desamparada”.<sup>9</sup>

Os menores filhos da população pobre e principalmente da “população de cor” tornaram-se objeto de discussão nos jornais, no parlamento, nas câmaras provinciais, nos gabinetes de presidentes de província e nos tribunais. Segundo Daniel Almada,<sup>10</sup> a Lei de 28 de setembro de 1871 ao invés de tornar livre o filho da escrava e igualá-lo aos demais menores, teve um efeito inverso, aproximando os filhos da população pobre da condição dos filhos de escravos. Corroboro com tal argumento visto que as fronteiras entre a condição de escravos, ingênuos, libertos e livres eram tênues.

Entre os filhos das classes pobres também estavam os filhos de libertos e de escravos deste modo os “menores desvalidos” estavam inseridos no conjunto da sociedade vista como eminentemente perigosa à formação de uma identidade nacional a partir da construção de um povo trabalhador e civilizado. Para além dos planos de branqueamento da população, ocorria uma latente preocupação com o controle das classes perigosas e formação de cidadãos oficiosos. A assimilação de determinadas ideias acerca da noção de classes perigosas elaborados por criminalistas e cientistas como H. A. Fregier<sup>11</sup> e Benedict

---

<sup>7</sup> FONSECA, Marcus Vinicius. *As primeiras práticas educacionais com características modernas em relação aos negros no Brasil...*, p. 15.

<sup>8</sup> FONSECA, Marcus Vinicius. *As primeiras práticas educacionais com características modernas em relação aos negros no Brasil...*, pp. 20-22.

<sup>9</sup> FONSECA, Marcus Vinicius. *As primeiras práticas educacionais com características modernas em relação aos negros no Brasil...*, p. 22.

<sup>10</sup> ALMADA, Paulo Daniel Sousa. *A infância desvalida: menores do Pará entre a Lei do Ventre Livre e a abolição*. Monografia de conclusão de curso, UFPA. IFCH. Laboratório de História, Belém, 1984.

<sup>11</sup> FREGIER. H. A. *Des Classes Dangereuses de la population dans les grandes Villes et des moyens de les rendre meilleurs*. 2vol. Paris 1840.

Morel<sup>12</sup> por parte da intelectualidade Brasileira e dos políticos, serviram como embasamento científico para muitas das práticas higienistas aplicadas no Brasil ao longo da segunda metade do século XIX.

Sidney Chalhoub em seu estudo sobre os cortiços no Rio de Janeiro demonstrou à leitura que alguns membros da Câmara dos deputados do Rio de Janeiro fizeram acerca da obra de Fregier, e a adequação a realidade local da noção de “Classes Perigosas” .<sup>13</sup> Para Chalhoub o uso da noção de classes perigosas serviu para que recaísse uma “suspeição generalizada” sobre a população pobre, e principalmente a de cor. Ao se discutir a questão da infância desvalida na província paraense as autoridades buscavam estabelecer formas de zelar pela ordem social, ao instituir mecanismos de controle moral que possibilitassem inculcar valores atrelados ao trabalho nos menores das classes populares.

Em 1884 o Jornal *A Constituição* discutiu a situação dos menores das classes pobres e da criação na *Corte do Império de uma Associação Protetora da Infância* que estaria articulando com as demais províncias para arrecadar fundos a fim de cuidar dos menores. O articulista afirmava que por todo Império formavam-se Institutos e Asilos com o fim de “garantir aos filhos da pobreza uma educação sólida, fundada nos princípios da sã moral”, embora ressaltando as riquezas naturais do país o articulista destacava a pobreza moral em que grande parte da “nação” se vivia:

No meio, porém, de todas estas grandezas, pasma-se diante da pobreza em que vive a grande maioria da nação, que parece não ambicionar sequer um futuro mais lisonjeiro. É que falta educação na massa popular, falta hábito do trabalho, mas de um trabalho metódico e inteligente, e faltam também estímulos.<sup>14</sup>

Tanto os institutos de educação para os menores desvalidos quanto institutos militares como as Escolas de Aprendizes e Marinheiros estavam interessados em manter a ordem e a tranquilidade pública. Em 1885 o Ministro da Justiça encaminhou aos Juizes de Órfãos da Corte uma determinação para que os menores enviados a estes pelas autoridades policiais fossem encaminhados primeiramente para serem admitidos em

---

<sup>12</sup> Sobre o tratado do Psiquiatra Benedict Morel (Tratado das degenerescências, 1857) Ver: PEREIRA, Mario Eduardo Costa. Morel e a questão da degenerescência. Revista Latino Americana de Psicopatía. Fund., São Paulo, V. 11, n. 3, setembro 2008, pp. 490-496.

<sup>13</sup> CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril; Cortiços e Epidemias na Corte Imperial. São Paulo; Companhia das Letras, 1996, p. 21-22.

<sup>14</sup> A Constituição. “A Favor da Infância Desamparada”, 09/06/1884. HDBN.

Companhias de Aprendizes de Marinheiros, ou de Guerra, caso não fosse possível à admissão destes menores na Armada que fossem admitidos em Asilos de Menores.<sup>15</sup>

Cabe compreender quem eram estes menores desvalidos. No período de 1810 a 1850, em um levantamento feito por Ana Rita Ramos nos registros de batismos da Cúria Metropolitana de Belém, cerca de 74% das crianças na província paraense eram filhos ilegítimos de um total de 5.327 registros. Eram filhos de relações que não estavam de acordo com os preceitos católicos,<sup>16</sup> e, portanto, se encaixavam em termos jurídicos na condição de órfãos.

O fato de não ocorrerem tantas requisições de tutorias no Pará em relação ao mesmo período (1810-1850) pode estar vinculado ao caráter das medidas de amparo a menores pobres para o mesmo período. Os trabalhos de Paulo Daniel Almada<sup>17</sup> para a segunda metade do Século XIX e de Edna Wanderley para o período posterior a 1888, no Pará,<sup>18</sup> assim como os trabalhos de Maria Aparecida Papali<sup>19</sup> e Ana Gicelli Alaniz<sup>20</sup> para o Sudeste do Brasil, demonstram o ressignificação da tutela como mecanismo de controle das classes populares, com o aumento da atuação do Estado nas relações sociais vivenciadas anteriormente no âmbito privado.

Segundo Eduardo Nunes, até meados do século XIX as políticas de assistência à infância desvalida no Brasil possuíam um caráter religioso, mudando de caráter a partir da segunda metade do século XIX, onde o Estado tomava o papel de dirigir tais políticas assistencialistas a infância com a criação de institutos no Rio de Janeiro com o Imperial Instituto de Meninos Surdos (1855); a Escola de Aprendiz de Marinheiro (1873) e o Asilo de

---

<sup>15</sup> O Liberal do Pará. *Menores Vagabundos*, 22/12/1885. HDBN.

<sup>16</sup> RAMOS, Ana Rita de Oliveira. Estudo da ilegitimidade nos registros paroquiais: a inserção dos filhos de pais incógnitos na sociedade paraense católica (1810 – 1850). Monografia, Faculdade de História; IFCH, UFPA, Belém, 2011, p. 32.

<sup>17</sup> ALMADA, Paulo Daniel Sousa. A infância desvalida: menores do Pará entre a Lei do Ventre Livre e a abolição..., p. 21.

<sup>18</sup> WANDERLEY, Edna. Ser Orphã – Autos de tutela – Belém 1888 a 1910. Monografia de conclusão de graduação, UFPA, Faculdade de História, Belém, 1996, p. 28.

<sup>19</sup> PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro. Escravos, libertos e órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895). São Paulo, Annablume, 2003.

<sup>20</sup> ALANIZ, Anna Gicelli Garcia. Ingênuos e Libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição 1871-1895. CMU/UNICAMP, Campinas. 1997.

Meninos Desvalidos. Tais políticas estariam voltadas para um projeto higienista buscando “a profilaxia e prevenção de comportamentos desviantes”.<sup>21</sup>

O pensamento higienista, fundamentado nos valores da ciência, tinha como objetivo, em sua ação, a prevenção da desordem. As instituições de amparo social criadas para servir aos desprovidos, aos desvalidos, tinham como objetivo, neste sentido prevenir a delinquência, proteger a infância e fazer sua saúde física e de sua adaptação moral a mais grave preocupação da sociedade.<sup>22</sup>

Embora Eduardo Nunes afirme que somente a partir da primeira República é que o Estado passaria a implementar políticas efetivas de combate a “vadiagem”, ordenamento social e “amparo” dos menores desvalidos, ao longo das duas décadas precedentes a instauração da República os conflitos entre policiais, tutores, pais, e autoridades do judiciário já remontam tentativas de implementação de mecanismos de controle dos menores pobres.

Durante boa parte do período Imperial as instituições paraenses que buscavam promover a educação de menores desvalidos estavam ligadas à igreja católica, como o Colégio de Santo Antônio sob a direção das irmãs Dorothéias (fundado em 1878, funcionou primeiramente nas dependências do Convento do Carmo como asilo a meninas desvalidas a partir de 1872),<sup>23</sup> o Colégio do Amparo, o Instituto Industrial e Agrícola Providencia (1882).<sup>24</sup> algumas das instituições atreladas à igreja recebiam subsídios do governo da província, como destaca Elianne Barreto, para quem existiu entre a Igreja e o Estado um incentivo para educação de crianças pobres.<sup>25</sup> Foram fundadas também a Companhia de Aprendizes Marinheiros (1872) e o Instituto Paraense de Educando e Artífices (1871).

Para meninas desvalidas a educação recebida das instituições de ensino destinavam-se a torná-las “boas mães e donas do lar”, aptas a educarem seus filhos ao

---

<sup>21</sup> ALVARES PAVÃO, Eduardo Nunes. Balanço Histórico e historiográfico da assistência a infância desvalida no Brasil. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH. São Paulo, julho – 2011, p. 15.

<sup>22</sup> ALVARES PAVÃO, Eduardo Nunes. Balanço Histórico e historiográfico da assistência a infância desvalida no Brasil..., p. 15.

<sup>23</sup> BEZERRA NETO, Jose Maia. As luzes da Instrução: o Asylo de Santo Antonio em Belém do Pará (1870/1912). In: A escrita da História Paraense. Coordenadora. Rosa Elizabeth Acevedo Marin. NAE/UFGA, Belém, 1998, pp.185-205.

<sup>24</sup> Sobre o Instituto Providência e escolas profissionais no Pará ver BEZERRA NETO, Jose Maia. Oficinas do Trabalho: representações sociais, institutos e ensino artístico no Pará. Revista Ver a Educação. Vol. 2. N. 1, 1996, pp. 41-70.

<sup>25</sup> SABINO, Elianne Barreto. A Assistência e a educação de meninas Desvalidas no Colégio de Nossa senhora do Amparo na província do Grão – Pará (1860 -1889). Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, UFGA, Belém, 2012.

receberem uma educação moralizante, uma educação que estava de acordo com os ideais modernizantes das elites paraenses.

Um das instituições criadas na província paraense no século XIX objetivando zelar pelas meninas desvalidas foi o Colégio de Nossa Senhora do Amparo fundado pelo bispo D. Manoel Almeida Carvalho em 1804, quando o mesmo trouxera consigo dos sertões da Amazônia 15 meninas índias para as quais resolveu cuidar da educação das mesmas.<sup>26</sup> Criado inicialmente com a intenção de cuidar de meninas índias abandonadas, o referido instituto recebeu auxílio financeiro do governo provincial, e em 1850 tomava definitivamente o nome de Colégio de Nossa Senhora do Amparo como indicou Arthur Vianna:

Ficava o Recolhimento das Educandas definitivamente criado e tomava a denominação de – *Collégio de Nossa Senhora do Amparo* – seu fim seria recolher e educar as meninas desvalidas, as expostas a cargo da câmara municipal de Belém, o presidente da província, juntamente com as Irmãs, seria o protetor do colégio. O pessoal constaria de um administrador, um fiel, das professoras e irmãs mestras, de um capelão e um médico. Estes deveriam ser pessoas honestas e de probidade, maior de 35 anos de idade, prestando-se a exercerem o cargo gratuitamente, em serviço de Deus e de Nossa Senhora do Amparo.<sup>27</sup>

Na sessão da Assembleia Legislativa Provincial do Pará de 8 de outubro de 1868, foi debatido o novo regulamento para o Colégio do Amparo. O cerne do debate estava na questão de a quem se destinaria o ensino na mesma instituição, se somente a meninas desvalidas e órfãos ou se continuaria a receber meninas “pensionistas”, como estava a fazer. Entre os deputados havia aqueles que defendiam que se a referida instituição se restringisse a classe das pessoas desvalidas, também deveriam ser mudados o quadro de ensino, retirando do seu programa as aulas de inglês, francês e piano:

O Sr. Roque: - Pelo que respeita a educação intelectual pretende-se acabar com as cadeiras de inglês, francês e até piano; porque entende o nobre deputado, e com ele alguns outros, que não se deve dar as meninas desvalidas uma educação, além da ordinária, a fim de que não tenham elas pretensões incompatíveis com o seu estado e condição social.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> SABINO, Elianne Barreto. A Assistência e a educação de meninas Desvalidas no Colégio de Nossa senhora do Amparo na província do Grão – Pará (1860 -1889)..., pp. 12.

<sup>27</sup> VIANNA, 1906. Apud: ELIANNE BARRETO. SABINO, Elianne Barreto. A Assistência e a educação de meninas Desvalidas no Colégio de Nossa senhora do Amparo na província do Grão – Pará (1860 -1889)..., p.13

<sup>28</sup> Diário de Belém, 25 de novembro de 1868, nº 92. “Sessão ordinária de 8 de outubro de 1868”. HDBN.



O debate se circunscreveu a questão de se formarem mulheres aptas a serem recebidas em matrimônio, e que obtivessem as qualidades necessárias para se casarem com pessoas de posses e não apenas obterem um “casamento pobre”, tendo sido declarado pelo Sr. Roque que conhecia vários sujeitos, amigos seus, que se casaram com algumas egressas da mesma instituição como o seu amigo Rhossard. A educação as meninas desvalidas deveria ser restrita às prendas domésticas, e quando muito a ler e escrever, tal perspectiva também esteve presente nos autos de tutela, quando um tutor retrucou contra a alegação de uma mãe que reclamava da educação dada a sua filha, sob o argumento de que lhe dava uma educação de acordo com a “condição da menor”, que não esperasse ela uma educação “princesca”.<sup>29</sup>

Em relação ao lugar ocupado na sociedade Imperial brasileira pelas mulheres, a historiadora Emilia Viotti aponta que as transformações que ocorreram nas vidas das mulheres durante o século XIX esteve associado ao desenvolvimento do capitalismo.<sup>30</sup> E tais mudanças se apresentaram com maior ênfase para as mulheres de classes mais abastadas que passaram a adotar novos costumes, como falar francês, inglês e às vezes alemão. No Rio de Janeiro, em 1869, uma escola específica para meninas tentou alargar o seu programa curricular e ao anunciar tal proposta deixava claro que o objetivo: “não era ‘promover a emancipação das mulheres’ e sim educar as futuras mães para que pudessem educar melhor os seus filhos”.<sup>31</sup>

Outros colégios na Corte e de São Paulo buscaram diversificar os conteúdos de seus programas acabando por encontrar resistência, o Colégio Progresso no Rio de Janeiro obteve êxito na tentativa de ampliar o seu currículo pedagógico. Nas últimas décadas do Império foram criadas escolas particulares de ensino secundário para meninas, a American School (que se tornou posteriormente Mackenzie) foi criada em São Paulo em 1870-71. Foi fundado o colégio Piracicabano (fundado por Martha Watts) sob a influência da Igreja Metodista Presbiteriana do Brasil, que o fundou em 1868, o Colégio Internacional em Campinas. Entretanto, o acesso à escolarização de nível secundário apresentou-se como privilégio da elite, pois para as escolas públicas observou-se a ausência de instituições de

---

<sup>29</sup> Autos de tutela, 1893. Fundo Cível; série: tutela, 1893. 2º vara civil, Cartório Odon, CMA.

<sup>30</sup> COSTA, Emilia Viotti da. Patriarcalismo e Patronagem: Mitos sobre a mulher no século XIX. *In*: Da Monarquia e República: momentos decisivos. UNESP, 8º ed. São Paulo; 2007. pp. 493-523.

<sup>31</sup> COSTA, Emilia Viotti da. Patriarcalismo e Patronagem..., p. 504.

nível secundário, o ensino público confundia-se com ensino popular. Para a mesma historiadora:

Com raras exceções, as escolas para meninas *enfatizavam seus papéis domésticos*. Em escolas católicas, dirigidas por freiras, meninas eram instruídas nos perigos dos pecados da carne e na importância da obediência, humilde e religiosidade; a sexualidade era severamente reprimida. Uma ex-aluna de um colégio do Patrocínio, em Itu, mencionou nas suas memórias que as meninas tinham de usar camisolas quando se banhavam e mudar suas roupas no escuro para que não expusessem seus corpos sequer para si mesmas.<sup>32</sup>

Ainda segundo Emilia Viotti, as Escolas Normais se tornaram uma alternativa para as mulheres em busca de profissão. Tais instituições começaram a aparecer em maior número a partir da década de 1860, o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1856) passou a admitir mulheres no quadro discente em 1881.

Foi a partir da constituição de 1824, promulgada nos moldes liberais, que a educação foi debatida em um sentido mais secular, em seu art.º 179 item 30 da referida constituição determinava a instrução primária para todos os cidadãos (a cidadania plena, política e civil era privilégios de poucos, aos quais as mulheres não faziam parte). Contudo, apenas em 1827 foi determinado à inclusão da educação feminina na instrução formal, com a Lei Geral de 15 de outubro de 1827.<sup>33</sup> Julieta Lamarão sistematizou o seguinte quadro sobre a legislação elencando os seguintes decretos.

Decreto de 1º de março de 1823 - primeira tentativa de organização da educação e da formação docente; criou uma Escola de primeiras letras pelo método de ensino mútuo (método lancasteriano) na Corte; Ato Adicional de 1834 – reforma constitucional; a respeito da educação, determinou que a instrução primária e secundária ficasse a cargo das províncias, e o ensino superior a cargo da administração nacional.

Decreto de 2 de dezembro de 1837- Criação do Colégio Pedro II, primeiro colégio de instrução secundário no Brasil; Decreto n. 7247 de 1879- Reforma Leôncio de Carvalho ou Reforma do Ensino Livre, que instituiu a liberdade de ensino.

Decreto n. 981 de 8 de novembro de 1890, já na Primeira República - Reforma Benjamin Constant. Princípios básicos: liberdade, laicidade e gratuidade para o ensino no Distrito Federal.<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> COSTA, Emilia Viotti da. Patriarcalismo e Patronagem..., p. 506.

<sup>33</sup> Lei Geral de 1827 disponível em: [http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/decreto-lei\\_imperial.htm](http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/decreto-lei_imperial.htm) 26

<sup>34</sup> LAMARÃO, Julieta Botafogo. Um resgate historiográfico da condição Educacional Feminina do Brasil Colonial ao final da Primeira República. Monografia apresentada a Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2011, p. 26.

O método de ensino mútuo ou Lancasteriano consistia em formar grupos de alunos as decúrias, sendo estes orientados por um aluno mais adiantado, os decuriões, assim multiplicando a reprodução do conhecimento. O sistema educacional foi marcado pela diferenciação de gênero nos programas de ensino das escolas, para as meninas a educação estaria voltada para as ideias de civilidade, educação moral e normas de comportamento, assim a finalidade era formar uma mulher “ideal”, “gestora do lar e dos filhos<sup>35</sup>” enquanto para os meninos seria dada uma educação oficiosa, inculcando-lhes valores positivos ao trabalho. Como indica a historiadora Irma Rizzini sobre a participação das províncias do Pará e Amazonas nos projetos educacionais desenvolvidos durante o período do Segundo Reinado:

Criar escolas era indicador importante de progresso e civilização. As duas províncias participaram ativamente do movimento civilizador que orientou, em todas as partes do país, a criação de escolas primárias e secundárias, asilos para órfãos e instituições de ensino de ofícios.<sup>36</sup>

Na década de 1850 houve uma disseminação de internatos e instituições que visavam ensinar ofícios industriais (artesãos) a meninos desvalidos por diversas províncias do Império. Segundo Irma Rizzini, foram criadas no referido período nove Casas de Educandos e Artífices em nove capitais diferentes, sendo a primeira delas a do Pará em 1840.<sup>37</sup> O governo provincial da Bahia não admitia meninos indígenas em seus institutos de educação, Rizzini indica que apenas um menino indígena ingressou na Casa Pia de Salvador em cem anos de funcionamento, e cita também um caso de ingresso de um menino negro que resultou em protestos. Já na Colônia Orfanológica de Pernambuco foram ingressos 18 ingênuos no ano de 1888, e no asilo do Rio de Janeiro abrigou filhos livres de escravas, e de população de cor.<sup>38</sup>

Para a província do Amazonas uma Lei de 1882 mandava que o Instituto Amazonense de Educandos e Artífices desse preferência para índios e ingênuos, porém Rizzini não encontrou mais referências a tais menores posteriormente. Para o Instituto de Educandos do Pará criado em 1872 também com o intuito de cuidar dos ingênuos

---

<sup>35</sup> LAMARÃO, Julieta Botafogo. Um resgate historiográfico da condição Educacional Feminina do Brasil Colonial ao final da Primeira República..., p. 27.

<sup>36</sup> RIZZINI, Irma. O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2004. p. 13.

<sup>37</sup> RIZZINI, Irma. O cidadão polido e o selvagem bruto..., p. 169.

<sup>38</sup> RIZZINI, Irma. O cidadão polido e o selvagem bruto..., p. 190.

conseguiu encontrar apenas duas solicitações de matrículas de filhos livres de escravas,<sup>39</sup> a estes casos incluiu uma determinação do presidente de província em 1889 solicitando a matrícula da filha de um ex-escrava no Colégio do Amparo.

Bezerra Neto indica que a construção da imagem das classes pobres enquanto marginais, desclassificados e ociosos, embasaram as representações sociais dos “homens públicos”. Assim mais do que a necessidade de se formar uma mão de obra oficiosa para a indústria paraense havia a busca em “enquadrar os homens livres pobres à ordem social como trabalhadores no processo de formação de mercado de trabalho na província paraense”.<sup>40</sup> Formatando os projetos de instrução pública “enquanto ação de controle e conformação social”, um mecanismo ideológico de afirmação de valores sociais dos grupos políticos dominantes que nas palavras de Bezerra Neto a partir da segunda metade do século XIX a instrução pública (primária e artística) se constituiu como a forma pela qual se poderia processar a regeneração do país e seu desenvolvimento moral e material. Tal perspectiva apresenta-se ainda mais acentuada após a abolição da escravidão.

A educação foi considerada um projeto de âmbito político abrangente de “construção da nação”, organização e afirmação do Estado e “de reordenamento das relações de trabalho e definição do lugar social dos indivíduos”.<sup>41</sup> O lugar social estaria marcado pela educação adequada à condição social do sujeito, estabelecer uma educação artística para população de pobres livres e libertos também ajudava a firmar hierarquias, podemos observar tais discursos tanto nos pareceres dos juizes de órfãos como os jornais que tratavam da questão.

Por mais de uma vez tem a curadoria reclamado e achamos sua reclamação atendível, estando, como está, na sua intenção a colocação desses infelizes órfãos, de ambos os sexos, em oficinas e casas de família, onde possam aprender ofícios e prendas domésticas.<sup>42</sup>

---

<sup>39</sup> A mesma autora destaca que embora o Instituto Paraense também se destinasse a educação de ingênuos, o Governo provincial do Pará não recebeu verbas remetidas pelo Ministério da Agricultura, visto não encontrar referências de tais investimentos nos relatórios posteriores a 1876. RIZZINI, Irma. O cidadão polido e o selvagem bruto..., p. 202.

<sup>40</sup> BEZERRA NETO, José Maia. As oficinas do trabalho: representações sociais, institutos e ensino artístico no Pará (1830/1888)..., p. 45.

<sup>41</sup> CONCEIÇÃO, Miguel Luiz da. O Aprendizado da Liberdade: educação de escravos, libertos e Ingênuos na Bahia Oitocentista. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. 2007. p. 2.

<sup>42</sup> *Diário de Notícias*, 18/06. 1888, p. 2. BPEP, Setor de Microfilmagem.

A nota trata da educação de menores filhos de pobres, e que deveriam ser encaminhadas a destinos apropriados, para os meninos, as oficinas para aprender ofícios, e para as meninas as casas de famílias onde aprenderiam prendas domésticas. Tal perspectiva não foi uma visão específica das relações privadas, fora instituído pelo Próprio Governo a partir da educação formal do Império. Uma legislação que de início foi centralizadora, deixando a cargo do governo Imperial a educação, que ao longo do século XIX foi se alterando, passando para a administração Provincial o papel de zelar pela educação de nível primário.

Segundo Noemi Santos, a Constituição não versava sobre o contato de escravizados com o ensino público: “Escravos, não sendo considerados cidadãos, perante a Lei não estavam autorizados à formação escolar básica na escola pública”. Noemi destaca que a partir das discussões acerca da emancipação do elemento servil no Império também esteve em voga o tema da educação de escravos, libertos e ingênuos. Segundo a autora:

É diante deste quadro que a educação foi interpretada como mecanismo de correção dos vícios da população escrava, e como se tivesse o potencial de encaminhar essas questões, motivos de inquietação, para os caminhos do progresso e da civilização. Justamente no período de transição dos regimes de trabalho, o ideal de propagação da instrução pública tem sua difusão fortalecida e conseqüentemente seu alcance para todos os segmentos sociais, incluindo os então libertos, é assunto de calorosos debates no âmbito político imperial.<sup>43</sup>

Ao analisar os projetos de instrução para escravos e libertos no Paraná, Noemi apresenta o dado sobre a fundação em 1871 de uma escola na cidade de Paranaguá pelo professor José Cleto Silva. Este, solicitou permissão ao Inspetor Geral de Instrução Pública do Paraná para abrir uma escola noturna destinada a escravos, em sua pesquisa no ano de 1882 dos 361 alunos matriculado nos cursos de escolas noturnas, 71 eram escravos. Ela aponta que boa parte dos ingênuos que frequentavam escolas eram muitas vezes recusados a serem matriculados em escolas públicas, sendo que aos ingênuos coube frequentar as mesmas escolas noturnas dos escravos da província paranaense, aproximado ainda mais o universo do filho da escrava do cativo.

Para a Província paraense Bezerra Neto nos informa que o presidente de Província do Pará o Dr. Abel Graça, por meio do regulamento de 20 de abril de 1871, ordenou a

---

<sup>43</sup> SILVA, Noemi Santos da. Escravos, libertos e ingênuos na escola: Instrução e liberdade na província do Paraná (1871 – 1888). Anais eletrônicos do 6º encontro Escravidão e Liberdade No Brasil Meridional, maio de 2013, p. 6.

criação de escolas noturnas na capital e no interior da província, sendo oito o número de escolas noturnas e 339 o número de alunos matriculados em 1871, já reduzindo no ano seguinte para cinco escolas e 268 alunos matriculados, caindo para duas em 1873, em 1874 aumentam para o número de quatorze escolas (7 particulares com 257 alunos, e sete públicas com 187 alunos), voltando a diminuir em 1878 e 1879 para 8 e 7 respectivamente, com destaque para a escola fundada sob direção do Padre Felix Vicente Leão que funcionava no Colégio Santa Maria de Belém.

Para a cidade de Santarém, região do Baixo Amazonas, encontrei o anúncio de escolas noturnas existentes naquela cidade no ano de 1872. A nota tratou da existência de duas escolas noturnas dirigidas pelos professores João Pereira Gomes e por Manoel Sebastião de Moraes Sarmiento. A do primeiro, financiada pelo governo provincial, e do segundo pelos cofres da municipalidade. Segundo o articulista “Frequentam estes mais de setenta alunos entre adultos e menores, livres e escravos. Nesta cidade vae-se derramando largamente a instrução pública, por todas as classes e mais tarde serão colhidos os resultados de tão salutar medida”,<sup>44</sup> o articulista estimulava a difusão de tais institutos.

Quiséramos que também nos rios de maios importância, pela sua população e indústria agrícola, como Aritapera e Arapixuna se criasse uma escola em cada um deles, para ali beberem do ensino primário todos aqueles que por sua condição e circunstâncias não podem frequentar as escolas desta cidade.

Como uma tal medida depende de ato do poder legislativo provincial confiamos no acrisolado patriotismo dos nossos deputados, para que na próxima legislatura confeccionem uma Lei a respeito.<sup>45</sup>

Nas escolas noturnas de Santarém frequentavam alunos adultos, menores, livres e escravos, além de solicitar-se que o legislativo provincial criasse mais escolas para outras áreas da região. Para Bezerra Neto foram os liberais que puseram em prática as propostas de educação de escravos adultos “o padre Felix Leão que a custeava, ensinado gratuitamente nela Henrique João Cordeiro, Manuel da Fonseca Bernal e João José Nogqueira. Assim os liberais fizeram alguma coisa pelos escravos, compartilhando do espírito da época”.<sup>46</sup> Em 1872 a referida escola possuía 55 escravos matriculados, o mapa seguinte apresenta a frequência dos alunos no mês de janeiro de 1872.

---

<sup>44</sup> *Baixo – Amazonas* (PA), 19 de outubro de 1872, nº 15. HDBN.

<sup>45</sup> *Baixo – Amazonas* (PA), 19 de outubro de 1872, nº 15. HDBN.

<sup>46</sup> BEZERRA NETO, José Maia. Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888), pp. 227-231. Tese de doutorado. PUC - São Paulo, 2009. P. 243.

O mapa abaixo nos mostra que entre os donos de escravos que estavam matriculados na escola noturna constavam o próprio financiador da instituição o padre Felix Vicente Leão, com três de seus escravos matriculados, o Visconde de Arary com seis escravos, Vicente Batista de Miranda com sete, entre outros. Os escravos do Visconde de Arary chegaram a ter 14 faltas, o mapa mostra um número significativos de faltas em um único mês, o que me leva a pensar se não teria sido esse motivo para não serem encontrados mais anúncios sobre a mesma escola após 1874.

QUADRO DE FREQUÊNCIA DE ALUNOS ESCRAVOS NA ESCOLA NOTURNA DO COLÉGIO SANTA MARIA DE BELÉM REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO.

Nº	Nomes	Faltas	Possuidores
1	Jeronymo	6	Padre Felix Vicente Leão
2	Conrado	1	"
3	Eleuterio	0	"
4	Valeriano	2	Vicente de Paula Lemos
5	Theodoro	11	José Gama Correa de Miranda
6	José	2	Vicente B. Miranda
7	Agapito	4	D. Antonia M. de Miranda
8	Honorio	8	Vicente B. de Miranda
9	Alfredo	2	João Maria de Moraes
10	Domingos	11	Visconde d'Arary
11	Cazemiro	2	Francisco Paulo Barreto
12	Baptista	3	João Maria Botelho
13	José	10	Eugenio M. A. C. de Macedo
14	Miguel	6	Bastos e Veiga
15	Severino	9	Vicente batista de Miranda
16	Paulo	4	"
17	Manoel	6	Julio A. de Aguiar Machado
18	Cyrilo	3	Dr. João Maria de Moraes
19	Satyro	10	F. P. Barreto
20	Camilo	5	José Joaquim da Silva
21	Raimundo	11	Manoel F. de Christo Correa
22	Olympio	8	José Joaquim da Silva
23	Victorino	2	Luis Calandrim da Silva Pacheco
24	Cesaltino	2	"
25	Horacio	3	Pedro M. de M. Bithencourt
26	Benedicto	8	José de Moares
27	Marcelino	13	Visconde de Arary
28	Americo	8	"
29	Balthazar	7	D. Almeida
30	Miguel	6	Vicente Batista de Miranda
31	Sabino	14	Visconde de Arary
32	Viriato	4	João Manoel
33	Augusto	3	Pedro M. de Moares Bithencourt
34	Casimiro	7	Vicente Batista de Miranda
35	Franco	3	"
36	Petronilho	1	João Olympio Rangel
37	Januario	1	Visconde d'Arary
38	Jeronymo	0	Clemente Ferreira dos Santos

39	Francisco	0	Severino A. de Mattos
40	Manoel	2	Eugenio A. de Macedo
41	Olyntho	3	Visconde d'Arary
Collegio Santa Maria de Belém, 1º de fevereiro de 1872			
Padre Felix Vicente Leão <sup>47</sup> .			

A educação passou a ser um instrumento tanto de formação de mão de obra, quanto de enquadramento das classes pobres nas ideias de civilidade. Ainda sim servindo para a manutenção de hierarquias sociais, visto cada grupo social ter sua respectiva educação. Os menores desvalidos, meninos e meninas, estiveram sujeitos ao projeto de construção de uma instrução pública segmentada em níveis sociais. Aos que não foram alcançados pela instrução proporcionada pelo Estado, como os ingênuos, coube a tutela privada de senhores e ex-senhores.

Diante desse quadro os filhos livres de escravas não tiveram acesso à educação “primária” proporcionada pelo Estado, ao menos para a província do Pará. Se a grande parte destes menores permaneceram em poder dos senhores de suas mães isto acaba por aproximar a questão da infância desvalida de uma relação privada, de compadrios, domínio senhorial e mesmo de instrumentalização de mecanismos legais, sendo que apenas em 1896 foi instituída uma determinação legal que obrigava os tutores a matricularem seus tutelados em escolas.

### **Escola 13 de Maio: educação para libertos e seus filhos.**

Após a abolição da escravatura a educação de ingênuos esteve em pauta nos jornais de Belém. Incluindo a proposta de criação de uma escola para receber os libertos e ex-ingênuos, escola Escola 13 de Maio, obtendo inclusive ajuda do governo provincial que a provou Lei nº 1783 em 1889:

Art. 1º fica o presidente desta província autorizado a ceder o edifício da Escola Prática “ao Club 13 de maio” para nele funcionar a escola de artes e ofícios sustentada pelo mesmo club.

Art. 2º revogadas as disposições em contrário.

Sala de comissões da Assembleia Legislativa Provincial do Pará, 6 de abril de 1889.<sup>48</sup>

<sup>47</sup> O Liberal do Pará, 5 de fevereiro de 1873, p. 2. nº 29. HDBN.

<sup>48</sup> APEP, fundo: Assembleia Legislativa, Série: Projetos, 1889, caixa 33. p. 1.



Ainda em maio de 1888, José Veríssimo<sup>49</sup> publicou artigo sob a epígrafe “uma necessidade palpitante”, levantando a necessidade de se estabelecer um liceu de artes e ofícios na província. Para Veríssimo o momento era muito propício em função dos muitos indivíduos egressos do cativeiro, segundo Veríssimo:

Nunca, Sr. Redator, a realização dessa ideia, que me parece auspiciosa, não só para esta capital, mas para toda a Amazônia, me pareceu mais oportuna do que hoje que novos elementos, não só mal-educados, mas degradados pela escravidão, entraram como um fator que não devemos nem podemos desprezar, no nosso meio social.<sup>50</sup>

Daí a necessidade de se fundar uma instituição que viesse não apenas comemorar a redenção da escravidão como também a educar os “novos cidadãos”. José Veríssimo foi diretor da Instrução Pública da Província do Pará entre os anos de 1890 e 1891, suas ideias refletiam uma perspectiva ideológica partilhada por outros intelectuais da época, e vinculava questões sobre educação, raça e nação. Sobre sua proposta do Liceu, em 1888, ele considerava o momento dos festejos da abolição o momento propício para se erguer uma educação que pudesse redimir a raça emancipada de seu estado de miséria social e de degenerescência pela falta de educação e moral:

Estão findas ou a findar as festas com que, por honra nossa, celebramos a Lei 13 de maio – a redenção de cerca de 800 mil cativos. Porque não criar um estabelecimento que não só comemore de uma maneira durável essa gloriosa data, como que seja o educador desses novos cidadãos, e, também daqueles que pela ignorância e falta de educação, mais pertos deles estão. Creio que a utilidade, de uma tal fundação não pode ser posta em dúvida e que por falar na tecnologia parlamentar passaria sem discussão. Resta a questão prática, a questão importantíssima da exequibilidade do projeto, que tenho a honra propor a consideração da imprensa paraense, e, principalmente, dos meios de garantir ao futuro Lyceu de Artes e Ofícios “13 de Maio” – permita-me chamá-lo assim – duração e vida.<sup>51</sup>

Em seu artigo Veríssimo propôs que a instituição fosse erguida com o auxílio do povo, sem distinção de partido ou nacionalidade, e por meio da prestação de serviços gratuitos “dos cavalheiros que se quiseram prestar a regência das diversas cadeiras do Liceu” e de doações de dinheiro, mobília, e todo o material de estudo e ensino necessários. E pedindo dedicação, assiduidade e consciência dos beneméritos contribuintes da ideia, de

---

<sup>49</sup> José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916), nascido em Óbidos no Pará, educador, escritor, jornalista e crítico literário, assumiu o cargo de Secretário da Educação do Pará em 1891, e um dos primeiros membros da Academia Brasileira de Letras.

<sup>50</sup> *Diário de Notícias*, 19 de maio de 1888, p. 2. BPEP, Setor de Microfilmagem.

<sup>51</sup> *Diário de Notícias*, 19/05/1888; p. 2. BPEP, SM.

“que somente terá sua recompensa no sentimento de que se presta a pátria um serviço e se cumpre um dever de bom cidadão”:

Além das lições regulares diárias, poderão estabelecer-se conferências semanais, sempre em hora e em linguagem e assunto convenientes as classes operárias nas quais, estou certíssimo, teriam prazer em tomar parte os nossos homens mais distintos pelo saber e talento, e todos quantos queiram trazer o *seu auxilio a educação das classes populares, aos artífices, aos trabalhadores de toda a espécie.*

O orçamento para a manutenção do Liceu se fará:

- a) Com uma subvenção da Assembleia Provincial
- b) Com uma subvenção da Câmara Municipal
- c) Com dádivas e legados
- d) Com o produto de benefícios quermesses, Leilões etc...
- e) Com dous de livros e mobília, ou papel, ou tinta ou outro quaisquer que quiserem fazer ao estabelecimento, os livreiros e outros comerciantes industriais.
- f) Com quaisquer outras rendas eventuais.<sup>52</sup>

No discurso Veríssimo ocorreu um agrupamento entre os “novos cidadãos” e as classes populares, aqueles que pela ignorância e falta de educação estão próximos da condição dos ex-escravos, uma população ignorante e sem educação. Veríssimo teceu críticas não apenas a condição dos libertos, mas de uma classe de cidadãos. Houve uma homogeneização social entre libertos e livres e tal homogeneização se deu pelo viés racial, uma sociedade mestiça, “maculada” pela escravidão. Para o articulista, os males da sociedade paraense se processavam em virtude de uma educação missionária pobre e por uma política ineficiente ainda na colônia: “as raças cruzadas no Pará estão profundamente degradadas” e ainda “ao meio e as condições sociais, políticas e religiosas”.<sup>53</sup> A escravidão na visão de Veríssimo desencadeou um mal a ser remediado não apenas pela sua extinção, mas também por meio do combate as suas consequências que atingira a toda sociedade brasileira:

A extinção da escravidão não é por si mesma bastante para apagar os funestíssimos efeitos da execranda instituição.

É indispensável que a obra gloriosa, cujo coroamento foi a Lei 13 de maio, continue pela educação, não só dos libertandos, senão de nós todos, todos mais ou menos contaminados pela sua peçonha.<sup>54</sup>

<sup>52</sup> *Diário de Notícias*, 19/05/1888; p. 2. BPEP, SM.

<sup>53</sup> ARAUJO, Sonia Maria da Silva & Prestes, Carlos Alberto Trindade. Raças cruzadas e educação: uma proposta de nacionalização do mestiço na Amazônia. In: José Veríssimo, Raça, cultura e educação.

<sup>54</sup> VERÍSSIMO, 1900. Apud: ARAUJO, Sonia Maria da Silva & Prestes, Carlos Alberto Trindade. Raças cruzadas e educação: uma proposta de nacionalização do mestiço na Amazônia..., p. 43.

Parte da intelectualidade paraense acabou por meio de seus escritos, seja em temas sociais e políticos, ou na literatura, por ressoar as influências das teorias raciais em voga em meados do século XIX. Entre as teorias de degradação das raças, e os males na população brasileira oriundos de vícios da escravidão inculcados no ideal de trabalhador nacional, os egressos da escravidão foram retratados como um problema de ordem social. As mulheres negras foram retratadas por vezes em tom jocoso, mesmo diante da necessidade de mão de obra para ditas atividades de serviços domésticos, marcadas como cheias de vícios e maus costumes,<sup>55</sup> como destaca Sonia Roncador, eram tidas como um mal necessário.<sup>56</sup>

Em resposta ao artigo de José Veríssimo, Pedro Cunha publicou no mesmo periódico um artigo relatando que o Dr. Assis havia “convidado à maçonaria paraense a tomar sobre seus ombros”<sup>57</sup> a tarefa de criar um Liceu de artes e ofícios. Tal artigo deu início a uma sobre a quem caberia a “originalidade” da ideia. No dia 22 do mesmo mês Veríssimo retrucou a declaração:

O que o exm. Sr. dr. Assis disse – e não propoz- em uma festa maçônica, segundo a mim declarou o mesmo Sr. dr. Assis – foi que seria uma bela tarefa da maçonaria ocupar-se, após a abolição feita, do futuro dos ex-escravos, da sua educação, etc. e isso mesmo repetiu o Sr. dr. Assis, na sessão de 19 do corrente do conselho da liga redemptora, quando pediu ao conselho que aceitassem a ideia que eu lembrará e me ouviu sobre ela.

A escola fundada pelo *Club 13 de Maio* não era a mesma proposta por Veríssimo, no entanto, as proposições elaboradas por ele logo após a promulgação da Lei Áurea subsidiaram as ideias dos fundadores do *Club 13 de Maio*, que criaram uma escola para “ex-ingênuos” e libertos a partir de doações de particulares, e voltado para o ensino oficioso.

A mobilização de diversos grupos e associações em torno da ideia de educar e civilizar os libertos contou com a participação de grupos e sociedades abolicionistas, entre tais associações estavam a Liga Redemptora, a Maçonaria Paraense. O então recém fundado Club 13 de Maio e intelectuais como José Veríssimo. Porém, não é o liceu de artes

---

<sup>55</sup> LOBO, M. F. (2020). MULATAS, PRETAS E CRIADAS: ENTRE O TRABALHO ESCRAVO E O TRABALHO LIVRE EM BELÉM. *Canoa Do Tempo*, 12(01), 231-259.

<sup>56</sup> RONCADOR, Sônia. A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999). – Brasília: editora Universidade de Brasília, 2008, pp. 17-76.

<sup>57</sup> *Diário de Notícias*. 20/05/1888; p. 2. BPEP, SM.

e ofícios projetado por Veríssimo o qual tratarei aqui. A Escola 13 de Maio fundada pelos membros do Club 13 de Maio teve suas atividades acompanhadas durante alguns meses nos jornais de Belém:

Escola 13 de Maio.

Ante ontem, á noite, os 9 membros do Club 13 de Maio, que na marcha cívica de quarta-feira tanto se distinguiram, resolveram criar uma escola para instrução e educação de ingênuos e ex-escravidados.

O digno comerciante Antônio José Pinho ofereceu desde logo os baixos de sua casa, para aí instalar-se a escola.

Consta - nos que está marcado o dia 11 de junho para sua inauguração.

Os membros deste club preparam uma surpresa para as passeatas de hoje, último dia dos festejos populares.

Um bravo a boa rapaziada!<sup>58</sup>

Para se responsabilizar pela criação e manutenção da escola foi fundado o Club 13 de maio; “acha-se fundado no 1º distrito este club, que tem por fim a criação de uma escola noturna, gratuita, para ingênuos e libertos”.<sup>59</sup> O engenheiro e abolicionista paraense José Agostinho dos Reis, então professor na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, estava no Pará durante as celebrações dos festejos da abolição, ao escrever ao então Conselheiro João Alfredo destacou a criação do Club 13 de Maio e da escola que seria, segundo ele, a gêmea do Liceu 13 de Maio no Rio de Janeiro.

Criamos aqui um Club – 13 de Maio – e a escola para os cidadãos da lei de 13 de maio já está funcionando, tendo sido inaugurada oficialmente pelo dr. Pernambuco. Vai muito bem. O retrato da princesa vai ser colocado na sala da escola e o nome de V. Exc., da princesa, de José do Patrocínio e outros figuram já ali em bonitos escudos. Tem a escola aula de primeiras letras -ensino completo – e vão-se abrir classes de desenho; creio que podemos considerar a escola a gêmea do – Liceu 13 de Maio.<sup>60</sup>

A escola passou a funcionar a partir de doações feitas por “membros ilustres” da sociedade paraense, o capitão de fragata Antônio Severino Nunes disponibilizou as oficinas do arsenal de marinha para trabalhos nas horas vagas, o Cônego Andrade Pinheiro se dispôs a dar aulas de religião aos sábados e doou dois bancos, Dr. Joaquim Augusto de Freitas doou sessenta e sete livros de primeiras letras e paleográficos, diversas firmas doaram objetos de leitura e de escritório e “O Sr. Antônio José Pinho, um dos “incansáveis membros do club”, além de oferecer as lojas de um seu prédio no largo da Sé para nelas

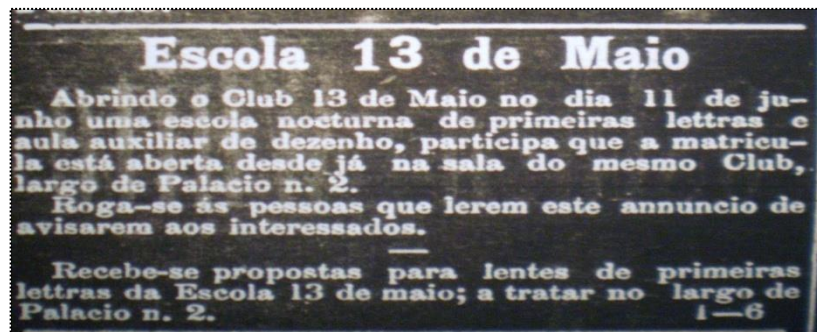
<sup>58</sup> *Diário de Notícias*, 22/05/1888; p. 3. BPEP, SM.

<sup>59</sup> *A Província do Pará*, 29/05/1888; p. 2. BPEP, SM.

<sup>60</sup> Carta enviada por José Agostinho dos Reis para o conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, 06/07/1888, Belém, Pará. disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14200>

funcionar a escola também ofertou ½ das cadeiras”.<sup>61</sup> E ainda sendo escolhida uma comissão para elaborar o estatuto e o regimento interno da escola.

Figura 1 - Início das atividades da Escola 13 de Maio.



(A Província do Pará, 5 de junho de 1888)

A nota acima divulgava o início das atividades da escola que funcionaria a noite com aulas de primeiras letras, desenho linear, geometria prática e desenho de figura. A diretoria do clube era composta pelo seguinte quadro, presidente: Antônio José Pinho; secretário: 1º tenente da Armada Ignácio da Cunha; tesoureiro: Joaquim Travassos da Rosa, tendo entre seus demais membros, Dr. José Agostinho dos Reis, Dr. Augusto Santa Rosa, tenente Alfredo José Barbosa, Francisco Jose Monteiro, Cícero da Costa Aguiar, Octaviano Jose de Paiva, capitão tenente José Antonio de Oliveira Freitas e Manuel Ignácio da Cunha.<sup>62</sup>

A inauguração do colégio ocorreu no dia 19 de junho em uma sessão solene onde compareceram o presidente da província Miguel de Almeida Pernambuco mais oficiais do exército e da armada, oficiais da polícia e professores do Lyceu Paraense e membros da Confederação Artística, tendo como orador da solenidade o Dr. Henrique Santa Rosa. Segundo o articulista do jornal a solenidade de inauguração da escola “foi uma festa modesta e simples, mas verdadeiramente patriótica”,<sup>63</sup> tendo sido publicado um convite aberto à sociedade paraense.

#### Convite

O club 13 de maio convida ao povo em geral e especialmente aos srs. Directores e professores dos collegios públicos a particulares e exmas senhoras, para assistirem a sessão solene que este club faz hoje, ás 7 horas da noite, no salão da antiga escola Prática, para solenisar a abertura de sua escola popular noturna, e posse do respetivo diretor.

É orador o Sr. Dr. Henrique Santa Rosa.

<sup>61</sup> *Diário de Notícias*, 30/05/1888; p. 2. BPEP, SM.

<sup>62</sup> *A Província do Pará*, 5/06/1888; p. 4. BPEP, SM.

<sup>63</sup> *Diário de Notícias*, 21/06/1888; p. 2. BPEP, SM.

Manoel Ignácio da Cunha, secretário.<sup>64</sup>

A educação de libertos e ingênuos antes de ser um bem para eles, foi tida como um bem para a pátria, tornar os egressos da escravidão cidadãos uteis, que comporiam a classe operaria da nação. A proposta da Escola 13 de Maio foi se configurando nos discursos apresentados em uma proposta de uma educação popular; “Já ninguém pode mais roubar aos 11 cidadãos que criaram a primeira escola para o povo, n’esta província, a gloria de serem no Brasil os primeiros soldados da educação dos cidadãos da Lei de 13 de maio”. Como destacou o presidente de província Miguel de Almeida Pernambuco em sua fala a Assembleia Legislativa Provincial no ano de 1889, “a instrução popular é um assunto que não se precede, acha-se ligado a todas as questões sociais, políticas e econômicas, que nos preocupam sempre que se trata do progresso nacional”.<sup>65</sup>

Durante o mês de agosto de 1888 foram desenvolvidas algumas palestras ministradas por José Agostinho dos Reis, membro da Liga Redemptora e ativo participante do movimento abolicionista paraense, as palestras tratavam sobre a educação do operariado, segundo a nota do *Diário de Notícias* já se encontravam matriculados na escola 150 alunos.

O Club Republicano ofereceu um prêmio ao aluno que no final do ano tirasse as melhores notas de aproveitamento.<sup>66</sup> Em 1890 o jornal *Diário de Notícias* em uma sessão intitulada “Um sinal dos tempos: subsídios para a história” falou sobre o primeiro aniversário da abolição na província paraense, relatando que o Club 13 de Maio sob a proteção do Club Republicano foi à entidade que deu maior importância as celebrações do primeiro aniversário da Lei áurea. Para além de estar em consonância com os ideais sobre a educação que deveria ser voltada as classes populares, ao se estabelecer relação entre o então Club Republicano do Pará com o Club 13 de Maio, percebe-se a questão política envolvida na criação de tal club.

Chegára o dia 13 de maio, era o primeiro aniversário a solenizar-se, não obstante muito limitada já eram as festas públicas.

---

<sup>64</sup> *Diário de Notícias*, 19/06/1888; p. 2. BPEP, SM.

<sup>65</sup> Falla com que o Exm.o snr. d.r Miguel José d'Almeida Pernambuco, presidente da província, abriu a 2.a sessão da 26.a legislatura da Assembléia Legislativa Provincial do Pará em 2 de fevereiro de 1889. Pará, Typ. de A.F. da Costa, 1889

<sup>66</sup> *Diário de Notícias*, 01/08/1888; p. 2. BPEP, SM.

O club 13 de Maio, do qual era sócio benemérito o Club Republicano, pela proteção que lhe dispensava, foi o único que procurou dar mais brilho ao acto que rememoravam em sessão solene tão gloriosa data. [...].<sup>67</sup>

Embora seja um discurso construído já durante o regime republicano, a participação do Club Republicano como sócio do Club 13 de Maio pode ser pensado como uma estratégia para desvincular o ato da abolição ao regime monárquico. Diante do grande número de menores que passaram gozar na nova condição de cidadãos tomar a frente em busca de soluções para a questão dos menores desvalidos também poderia influenciar a imagem das correntes políticas do momento.

Ao falar do Instituto Paraense o presidente da Província Miguel Pernambuco ressalta o grande número de menores a quem teriam de ser dado ensino profissional para o bem da pátria:

Grande número de menores, que antes da abolição do elemento servil, viviam em companhia dos proprietários de seus progenitores, então escravos, há de necessariamente ficar sujeito a receber apenas a instrução primaria que é dada nas escolas públicas: e muitos outros ficarão entregues a ociosidade e aos vícios, se os poderes públicos e a filantropia dos paraenses não vierem em auxilio desses menores, de modo que eles possam vir a ser proveitosos a si e ao seu país.

Para preparar-lhe esse futuro honroso, vos podereis concorrer autorizando admitir o número fixado do regulamento e a ampliar o ensino profissional e artístico, que ali é distribuído, ficando assim o referido instituto com organização ampla e completa de um verdadeiro lyceu de artes e ofícios.<sup>68</sup>

O número de menores atingidos pela Lei Áurea na província paraense foi de cerca de onze mil ingênuos, e, como já visto a partir da segunda metade do século XIX o tema da infância desvalida esteve em pauta. Neste sentido, é necessário perceber os discursos sobre o ensino profissional a ser dado aos outrora ingênuos os associando a formação da pátria sob ideais modernizantes, tornar os libertos futuros operários e artistas. Se as políticas imigrantistas buscavam braços para a lavoura e mesmo a formação de um povo filtrado de seus “males de degenerescência racial” por meio de um processo de branqueamento, o discurso sobre educação popular não relegou ao esquecimento os outrora escravos, caberia a estes uma educação específica, voltada para as artes e ofícios.

---

<sup>67</sup> *Diário de Notícias*, 09/08/1890; p. 2. BPEP, SM.

<sup>68</sup> Relatório de Presidente de província do Pará Jose Miguel Almeida Pernambuco, 1889.

Em novembro de 1888 houve uma sessão magna de distribuição de prêmios aos alunos da escola de artes e ofícios fundada pelo Club 13 de Maio. Vários membros ilustres da sociedade paraense compareceram a solenidade:

CLUB 13 DE MAIO

As 7 ½ horas da noite, no edifício da Escola de Artes e Ofícios, presentes a sua exc. O Sr. Dr. Pernambuco presidente da província e presidente honorário do Club. Os srs. Diretores da instrução publica, arsenal de guerra, colégio Americano, Parthenon do Norte e Atheneu Paraense, a imprensa representada pelos redatores d' A Província do Pará e o Jornal das Novidades, diversas comissões: do Club Republicano, associações beneficentes Harmonia e Fraternidade, Firmeza e Humanidade, a diretoria da Imperial Sociedade Artística, diversas pessoas grandes de nossa sociedade, diversas famílias e sócios do club Drs. Américo Santa Rosa, José Agostinho dos Reis, capitão tenente José Antonio de Oliveira Freitas, Cícero da Costa Aguiar, Francisco José Monteiro, José Antonio de Sampaio, José Xavier Ferreira, Manuel Pedro e 1º tenente Manuel Ignácio da Cunha; s. exc. O Sr. Presidente abriu a sessão.

Tendo faltado por motivo de moléstia o Sr. Presidente do club Antonio José de Pinho, o tenente Cunha tomou a palavra e depois de agradecer as pessoas presentes o seu concurso nesta festa, leu o relatório apresentado pela diretoria.<sup>69</sup>

Por meio de tal artigo tomamos conhecimento da continuidade das atividades do Club 13 de Maio. Na respectiva solenidade foram distribuídos prêmios aos alunos que apresentaram os melhores desempenhos em três disciplinas, aula de primeiras letras, aulas de desenho linear e aulas de geometria aplicada as artes. Os alunos premiados exerciam atividades em diversas oficinas e casas de mestres, como os alunos Sabino Antônio da Silva e Manuel Antônio Seabra (carpinteiros na oficina de Manoel Pedro & Cia.), Jose Alves Pereira e Bartolomeu Brasil (aprendizes na companhia de artefatos metálicos), Antônio Jose de Carvalho e Jose Francisco Xavier (aprendizes na companhia do Amazonas). Dentre os ofícios apareceram carpinteiro, marceneiro, pedreiro, criado e carregador, e seis dos alunos premiados exerciam atividades nas oficinas de Manoel Pedro & Cia. Aos poucos o projeto de uma educação para libertos e ingênuos foi se tornando o de uma educação para pobres e operários:

O *Club 13 de Maio* teve ensejo ante-ontem de provar publicamente o bom êxito, que em cerca de 6 meses, obteve com a fundação da escola de artes e ofícios, especialmente destinada a preparar no ensino de primeiras letras, desenho e outras matérias, não só os menores pobres que se destinam as oficinas, como também os próprios operários, que carecem de conhecimento indispensáveis a sua profissão<sup>70</sup>.

<sup>69</sup> A *Província do Pará*, 29/11/1888. p. 2. BPEPA, SM.

<sup>70</sup> A *Província do Pará*, 27/10/1888. p. 3. BPEPA, SM.



Em 1889 o presidente de província cedeu o espaço do prédio da Escola Prática para que o Club 13 de Maio transferisse a sua escola, no mesmo prédio funcionava conjuntamente então a junta de higiene, e a escola funcionava durante a noite<sup>71</sup>. Em abril de 1889 a escola possuía 83 alunos com uma média de frequência de 68 alunos. O número de alunos matriculados poderia ter atingido o cômputo 103, no entanto, foram excluídos 20 alunos do quadro da escola por faltarem excessivamente.<sup>72</sup>

Também foram eleitos novos membros para o conselho administrativo do club, passando e ser constituído por além dos sócios fundadores, pelos senhores Dr. Américo Marques Santa Rosa, Dr. Manoel de Mello Cardoso Barata, Dr. Jose Henrique Cordeiro de Castro; José Veríssimo de Mattos, Luiz Alexandrino Bahia, Francisco Xavier Ferreira, Pedro da Cunha, Rodrigo de Menezes Salles, Francisco P. Cirne Lima, Manoel Pedro e Jose Gonçalves Sampaio, contando o seu quadro 82 sócios efetivos<sup>73</sup>. Tratada como uma instituição mantida por filantropia o articulista solicitava ajuda do povo paraense para a continuação dos trabalhos “da primeira escola de artes e ofícios da província”.

Tendo a nova diretoria do ano de 1889, também inscrito entre seus sócios as suas esposas, e mais outras figuras ilustres como Francisco de Paula Bolonha, Justo Chermont, Theotônio de Britto e o Barão do Guajará entre outros. Podemos notar a aceitação da ideia da escola entre figuras de vulto político e social da província, o fato de o clube contar com o número de 82 sócios efetivos demonstra a adesão de diversas autoridades locais ao propósito “civilizador” da escola.

O caminho até aqui foi longo, mas tomo o projeto da escola e do Club 13 de Maio como um exemplo de transição de práticas políticas e mesmo dos discursos sobre os egressos da escravidão e seus filhos, a educação foi um elemento de “elevar o povo” e a “pátria” vinculados a ideias modernizantes. Contudo, a educação aos pobres era uma educação voltada para a manutenção de hierarquias e em uma sociedade em mudança. Seria está uma educação limitada ou uma educação dirigida?

A Lei do Ventre Livre, assim como a Lei Áurea lançaram a expectativa sobre o que fazer com milhares de menores filhos de escravos para que os mesmos servissem a pátria

---

<sup>71</sup> Relatório de Presidente da Província do Pará, 1889, pp. 21-22.

<sup>72</sup> *A Província do Pará*, 03/03/1889; p. 2. BPEP, SM.

<sup>73</sup> *A Província do Pará*, 04/04/1889; p. 3. BPEP, SM.

e não se tornassem “vagabundos e vadios”. A educação passou a ser tomada como o mecanismo pelo qual se processaria a elevação da população nacional. Uma Instrução dirigida pelo Estado e assim como no decênio subsequente a Lei de 28 de setembro de 1871, os meses subsequentes a Lei da abolição passaram a alargar a discussão da instrução não somente à massa de sujeitos egressos do cativeiro, mas a população em geral.

A instrução pública se processou diante da preocupação com o desenvolvimento da indústria nacional e pela manutenção da ordem social, conduzindo o liberto para o mundo do trabalho livre e mais que isso assentando políticas generalizantes à “população de cor”, como indica Wlamira Albuquerque:

Sob o título genérico de “emancipados” estavam sendo reunidas pessoas que efetivamente usufruíram da Lei assinada pela princesa Isabel, mas também outras tantas que há muito tinham conquistado a alforria ou sequer tivessem pertencido a algum senhor.<sup>74</sup>

Para os ingênuos e menores livres pobres e “de cor” o enquadramento seria sob a ótica da “infância desvalida”. Não excluindo outros elementos como índios e cearenses que também compunham o quadro de menores desvalidos, porém o projeto da Escola 13 de Maio para libertos e ingênuos esteve em consonância com os projetos de educação para a infância desvalida instituídos ao longo da segunda metade do século XIX. Em comemoração ao aniversário da abolição o jornal A província do Pará produziu uma edição especial e entre as muitas notas publicadas nesta edição estava uma das últimas notas por mim levantado sobre a escola 13 de maio:

#### CLUB TREZE DE MAIO

Esta benemérita associação que fundada logo após a áurea Lei que declarou extinta a escravidão no Brasil, tem, vai já um ano, através de serias dificuldades mantido com máxima regularidade um escola noturna cuja frequência não há sido inferior de 80 alunos de todas as condições, cores e classes, celebrará para solenizar o aniversário de sua fundação e a data memorável daquela Lei uma sessão solene no próximo dia 13, as 7 ½ horas da noite, no Salão da Escola Prática (grifos meus).

Pela mesma ocasião Sr. José Veríssimo inaugurará, por parte do Club, as conferências que esta associação tem no seu programa realizar, dissertando sobre: O club 13 de Maio, o que elle tem feito e o que ele pretende fazer.<sup>75</sup>

“Alunos de todas as condições, classes e cores”, sob a bandeira da igualdade o articulista ao mesmo tempo em que associa a existência da escola com a abolição da

---

<sup>74</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. In: Revista História Social, nº 19, segundo semestre de 2010, pp. 91-108.

<sup>75</sup> A Província do Pará, 10/05/1889; p. 3. BPEPA, SM.

escavidão, também a remete a uma instituição que abriga uma diversidade de sujeitos, podemos notar do projeto inicial de uma escola para libertos e ingênuos ao discurso de 1889, onde tal projeto se estenderia a todas as cores e classes sociais, uma mudança discursiva importante, uma generalização e um silenciamento quanto aos libertos e ingênuos.

### **Considerações finais**

As últimas década do século XIX constituíram um período de debates e formulações de estratégias e ações afim proporcionar a formação em moldes de uma educação moderna da figura do trabalhador nacional. Após a lei 2040 de 28 de setembro de 1871 a escravidão passava a ser tida enquanto uma instituição com seus dias contatos, mesmo que o fim ocorresse a longo prazo sob a perspectiva do gradualismo. O ingresso de milhares de menores em uma modalidade de semi-cidadania, sob o controle dos ex-senhores e do Estado, também implicou em projetos de educação.

A educação projetada para as camadas populares foi de caráter oficioso, com o fim de proporcionar a criação de uma mão de obra nacional qualificada. Ao mesmo tempo, as políticas de imigração movidas pelo Estado brasileiro buscavam para além da inserção de uma mão de obra qualificada, um melhoramento da “raça nacional” por meio de uma política de eugenia que tem a síntese de sua representação na obra de Modesto Brocos.

Após a abolição da escravidão, os menores filhos dos outrora escravos deixaram de ser tidos como ingênuos e passaram a ser tratados como órfãos. Se a criação da *Escola 13 de Maio* em Belém esteve assentada no projeto de fomentar a educação de libertos do treze de maio e seus filhos, ao longo dos meses subsequentes a sua criação ocorreu uma homogeneização das chamadas classes populares. Em contrapartida a prática de antigos senhores de manterem consigo os filhos de seus ex-escravos sob o discurso de promover a educação dos mesmos foi comum no juizado de órfãos do Pará.

Certamente os egressos do cativo também vislumbravam o ensino como espaço de mobilidade e acesso a cidadania, porém aos antigos abolicionistas tratava-se de limpar os vícios adquiridos pela escravidão e torná-los “uteis”, “futuros operários do progresso”.

### **Referências bibliográficas.**

ALANIZ, Anna Gicelli Garcia. *Ingênuos e Libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição 1871-1895*. Campinas. CMU/UNICAMP, 1997.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. In: *Revista História Social*, nº 19, segundo semestre de 2010, pp. 91-108.

ALMADA, Paulo Daniel Sousa. *A infância desvalida: menores do Pará entre a Lei do Ventre Livre e a abolição*. Monografia de conclusão de curso, 1984. UFPA. IFCH. Laboratório de História.

ALVARES PAVÃO, Eduardo Nunes. *Balço Histórico e historiográfico da assistência a infância desvalida no Brasil*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH. São Paulo, julho – 2011.

ARAUJO, Sonia Maria da Silva & Prestes, Carlos Alberto Trindade. *Raças cruzadas e educação: uma proposta de nacionalização do mestiço na Amazônia*. In: José Veríssimo, *Raça, cultura e educação*.

BEZERRA NETO, Jose Maia. *Oficinas do Trabalho: representações sociais, institutos e ensino artístico no Pará*. *Revista Ver a Educação*. Vol. 2. N. 1, 1996, pp. 41-70.

BEZERRA NETO, Jose Maia. *As luzes da Instrução: o Asylo de Santo Antonio em Belém do Pará (1870/1912)*. In: *A escrita da História Paraense*. Coordenadora. Rosa Elizabeth Acevedo Marin. NAE/UFPA, 1998, pp.185-205.

BEZERRA NETO, José Maia. *Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888)*, pp. 227-231. Tese de doutorado. PUC - São Paulo, 2009.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril; Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo; Companhia das Letras, 1996.

CONCEIÇÃO, Miguel Luiz da. *O Aprendizado da Liberdade: educação de escravos, libertos e Ingênuos na Bahia Oitocentista*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. 2007.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia e República: momentos decisivos*. São Paulo; UNESP, 8ª ed. 2007.

FONSECA, Marcus Vinicius. *As primeiras práticas educacionais com características modernas em relação aos negros no Brasil*. In: *Negro e Educação: Presença do Negro no Sistema educacional Brasileiro*, Marcus Vinicius da Fonseca, Patrícia Maria de Sousa Santana, Cristiana Vianna Veras, Elianne Botelho Junqueira, Julio Costa da Silva, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Regina Pahim Pinto (organizadores). São Paulo, 2001.

FONSECA, Marcus Vinicius. *Educação e Escravidão. Um desafio para a análise historiográfica*. *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 4. Jul/dez, 2002.

LAMARÃO, Julieta Botafogo. *Um resgate historiográfico da condição Educacional Feminina do Brasil Colonial ao final da Primeira República*. Monografia apresentada a Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2011.

LOBO, Marcelo Ferreira. (2020). *Mulatas, Pretas e Criadas: Entre o trabalho escravo e o trabalho livre em Belém*. *Canoa Do Tempo*, 12(01), 231-259.

PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro. *Escravos, libertos e órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)*. São Paulo, Annablume, 2003.

PEREIRA, Mario Eduardo Costa. Morel e a questão da degenerescência. *Revista Latino Americana de Psicopatía. Fund.*, São Paulo, V. 11, n. 3, setembro 2008, pp. 490-496.

RAMOS, Ana Rita de Oliveira. *Estudo da ilegitimidade nos registros paroquiais: a inserção dos filhos de pais incógnitos na sociedade paraense católica (1810 – 1850)*. Monografia, Faculdade de História; IFCH, UFPA, 2011.

RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2004.

RONCADOR, Sônia. *A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)*. – Brasília: editora Universidade de Brasília, 2008.

SABINO, Elianne Barreto. *A Assistência e a educação de meninas Desvalidas no Colégio de Nossa senhora do Amparo na província do Grão – Pará (1860 -1889)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, UFPA, 2012.

SILVA, Noemi Santos da. *Escravos, libertos e ingênuos na escola: Instrução e liberdade na província do Paraná (1871 – 1888)*. *Anais eletrônicos do 6º encontro Escravidão e Liberdade No Brasil Meridional*, maio de 2013.

TERTULIANO DE BARROS, Karla Alves Coelho. *A Educação de Ingênuos em Goiás (1871-1888)*. Dissertação de Mestrado, - UFG, PPGED, 2013.

WANDERLEY, Edna. *Ser Orphã – Autos de tutela – Belém 1888 a 1910*. Monografia de conclusão de graduação, UFPA, Faculdade de História, 1996.

Recebido em 24 de julho de 2020  
Aprovado em 29 de setembro de 2020